

Doutrina

André Mendes Moreira, Patrícia Dantas Gaia e Eduardo Lopes de Almeida Campos - O tratamento fiscal do ágio e a problemática do ágio “interno” antes e após a vigência da Lei nº 12.973/2014

1. Introdução. 2. O conceito de ágio na redação original do Decreto-lei nº 1.598/1977 e seu tratamento fiscal. 3. O novo conceito de ágio e sua disciplina fiscal após a vigência da Lei nº 12.973/2014. 4. A amortização fiscal do ágio e o problema do “ágio interno” no âmbito do Carf. 5. O problema da convergência dos conceitos no Direito e nas ciências contábeis e as dificuldades jurisprudenciais no tratamento fiscal do ágio. 6. Conclusão.

7

Daniel Cavalcante Silva - Isenção fiscal concedida por prazo certo e condição determinada: a casuística do Programa Universidade para Todos (Prouni) e o entendimento jurisprudencial em consolidação

1 - Introdução. 2 - Evolução histórico-legal do Programa Universidade para Todos (Prouni): a implementação da proporcionalidade da isenção fiscal. 3 - A isenção fiscal concedida por prazo certo e condição determinada: inteligência do art. 178 do Código Tributário Nacional. 4 - Do entendimento jurisprudencial em consolidação. 5 - Conclusão.

20

Eduardo Maneira e Alexandre Teixeira Jorge - O ITCMD nas doações coletivas

1. Introdução. 2. Histórico e evolução. 3. A ausência de regulamentação complementar plena do ITCMD e o exercício da competência legislativa concorrente por parte dos Estados. 4. A competência dos Estados para dispor sobre a incidência do ITCMD sobre as doações coletivas. 5. Conclusões.

31

Fernando Lemme Weiss - O conflito fiscal federativo e seu equacionamento

I - A matriz constitucional dos litígios. II - Os conflitos federativos em matéria de ICMS. III - A ordenação viável dos litígios. IV - Conclusão.

42

Giancarlo Chamma Matarazzo e Rubens Barrionuevo Biselli - Estrutura de aquisição de participação societária financiada com dívida e o direito de deduzir as respectivas despesas financeiras após a incorporação societária

I. Introdução. II. Os limites subjetivos da dedução de despesas financeiras. III. As restrições historicamente aplicadas pela jurisprudência administrativa em relação à dedutibilidade das despesas financeiras. IV. A falsa impressão de que as despesas financeiras não seriam necessárias à empresa adquirida. V. Estruturas de compra alavancada em que a dívida é concedida por empresa estrangeira do mesmo grupo econômico - as regras objetivas previstas na legislação brasileira. VI. Conclusão.

53

Isabela Schenberg Frascino - O mito do exercício irregular de atividades por meio de pessoa jurídica

I. Justificativas para criação de pessoa jurídica e sua legítima utilização na prestação de serviços. II. Impossibilidade de desconsideração de pessoa jurídica sem verificação e comprovação individualizada, pelo Fisco, da ausência das justificativas de constituição. III. Desobrigação da fonte pagadora de exigir ou acessar informações detalhadas sobre empresas de terceiros e suas justificativas de constituição. IV. Ausência de simulação, pessoa jurídica fictícia ou inexistente.

70

Ives Gandra da Silva Martins - Bacen x SRF: a desconsideração de operações legais

80

José Jayme de Macêdo Oliveira - Contribuição de melhoria: aspectos pouco e/ou muito debatidos

1. Aspectos pouco debatidos. 2. Aspectos (ainda) muito debatidos.

93

<i>José Marcos Domingues - A propósito do conceito de tributo</i> 1. Introdução. 2. Atividade financeira. O tributo. 3. Considerações finais.	110
<i>José Souto Maior Borges - A classificação dos tributos em vinculados e não vinculados</i> I - Introdução: considerações preambulares. II - Vínculos dessa problemática com a CF e o CTN: classificações normativas. III - Relações sintáticas de vinculação/desvinculação internormativas. IV - Inserção de um critério alternativo de classificação. V - Considerações finais.	126
<i>Ramon Tomazela Santos - Notas sobre a ampliação do conceito de receita bruta pela Lei nº 12.973/2014 e as receitas financeiras das instituições financeiras e sociedades seguradoras</i> 1. Introdução. 2. O faturamento no regime cumulativo do PIS e da Cofins. 3. O conceito de faturamento na Lei Complementar nº 70/1991. 4. As receitas da atividade principal da pessoa jurídica. 5. Conclusões.	136
<i>Rodrigo Borba - Alguns aspectos controvertidos do Fator Acidentário de Prevenção (FAP)</i> 1. Introdução. 2. Seguro Acidente do Trabalho - SAT/Risco Ambiental do Trabalho - RAT: evolução legislativa. 3. Fator Acidentário de Prevenção (FAP). 4. Inconstitucionalidade do FAP. 5. Da ausência ou imprestabilidade de estudo estatístico exigido em lei para o aumento das alíquotas SAT/RAT e sua potencialização pela metodologia de cálculo do FAP. 6. Conclusões.	155
<i>Rony Ferreira e Alan Luiz Bonat - A autonomia dos estabelecimentos e o Direito Tributário - uma interpretação sistemática</i> 1. Introdução. 2. Empresa, empresário e sociedade empresária. 3. Estabelecimento e o Direito Privado. 4. Estabelecimento e o Direito Tributário. 5. Interpretações. 6. Considerações finais.	173
Parecer <i>Hugo de Brito Machado e Hugo de Brito Machado Segundo - Ação anulatória. Prescrição. Descabimento. Lançamento. Invalidez. Revisão. Possibilidade</i> Consulta. Parecer. 1. Colocação do problema. 2. Prescrição e ação anulatória. 3. Parcelamento e revisão judicial do crédito tributário. 4. Enquadramento jurídico da omissão de receitas. 5. Nulidade “parcial” de lançamento e revisão judicial. 6. Respostas.	183